



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

APRECIACÃO PARLAMENTAR N.º 80/IX

DECRETO-LEI N.º 203/2004, DE 18 DE AGOSTO, QUE «DEFINE O REGIME JURÍDICO DA FORMAÇÃO MÉDICA, APÓS A LICENCIATURA EM MEDICINA, COM VISTA À ESPECIALIZAÇÃO, E ESTABELECE OS PRINCÍPIOS GERAIS A QUE DEVE OBEDECER O RESPECTIVO PROCESSO»

Foi publicado, no passado dia 18 de Agosto de 2004, no *Diário da República* n.º 194, II Série-A, o Decreto-Lei n.º 203/2004, de 18 de Agosto, que «Define o regime jurídico da formação médica, após a licenciatura em Medicina, com vista à especialização, e estabelece os princípios gerais a que deve obedecer o respectivo processo».

Como claramente se infere do preâmbulo que antecede o citado diploma legal, o Governo considera «(...) ser oportuno redefinir o regime jurídico da formação após a licenciatura em Medicina, articulando-o melhor com os processos de formação pré-graduada e de formação contínua, perspectivando assim o processo de educação médica na sua globalidade».

Contudo, de uma análise cuidada em torno do Decreto-Lei n.º 203/2004, de 18 de Agosto, constata-se que algumas das soluções normativas adaptadas não contribuem, nem para os objectivos enunciados nem para a qualidade da formação após a licenciatura em medicina, antes pelo contrário, o seu objectivo é manifestamente o de, injusta e inadequadamente, penalizar os direitos e condições laborais dos internos do internato médico.

Face ao exposto e nos termos constitucionais (cfr. alínea c) do artigo 162.º e artigo 169.º da Constituição da República Portuguesa) e regimentais aplicáveis (cfr. artigos 199.º e seguintes do Regimento da Assembleia da República), os Deputados do Partido Socialista, abaixo-assinados, vêm requerer a apreciação parlamentar do Decreto-Lei n.º 203/2004, de 18 de Agosto, que «Define o



ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

regime jurídico da formação médica, após a licenciatura em Medicina, com vista à especialização, e estabelece os princípios gerais a que deve obedecer o respectivo processo».

Assembleia da República, 14 de Setembro de 2004.

Os Deputados do PS: *Luís Carito — Afonso Candal — José Magalhães — Guilherme d'Oliveira Martins — Manuela Melo — Maria de Belém Roseira — Luísa Portugal — Nelson Correia — Gustavo Carranca — Isabel Tinoco Faria — José Apolinário* — mais uma assinatura ilegível.